



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA
260ª SESSÃO
(SESSÃO NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES)

Em 6 de Dezembro de 2018

(Quinta-Feira)

Às 14 horas

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Heitor Schuch. PSB - RS) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 332 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Heitor Schuch. PSB - RS) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

O SR. PRESIDENTE (Heitor Schuch. PSB - RS) - Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Rio Grande do Sul, pelo período de 5 minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho à tribuna para dizer que, definitivamente, perdi a paciência com o PT, o Partido dos Trabalhadores. Lamentavelmente, acabou a minha tolerância com o PT.

Vejam bem: o PT perdeu a eleição, perdeu a moral, perdeu a ética e agora, num ato fratricida, acaba de perder o respeito para consigo e para com os seus velhos parceiros.

Em Canoas, na Região Metropolitana da Capital do Rio Grande, cidade importante, o Vereador Paulinho de Odé, que era Vereador do Partido dos Trabalhadores, diante de tudo isso que está acontecendo, de denúncias, de acusações, enfim, não resistiu, saiu do PT ainda no começo do ano e se filiou ao PCdoB, ou seja, a um partido do mesmo campo, parceiro e aliado do PT. Na campanha eleitoral, o Paulinho de Odé, que concorreu a Deputado Estadual, apoiou Miguel Rossetto, do PT, do seu antigo partido, que, aliás, estava aliado ao PCdoB, mas apoiou e votou para Presidente da República em Fernando Haddad, cuja Vice-Presidente era Manuela d'Ávila, também do PCdoB. Ou seja, todos são do mesmo campo. O que fez o PT? Entrou na Justiça contra o Paulinho de Odé, exatamente para tirar-lhe o mandato por infidelidade partidária.

Para que inimigo com um amigo como esse? O que esperar de um parceiro que age dessa maneira, que faz com que o seu companheiro de campo, o seu companheiro de luta perca o mandato, saia da vida pública, seja afastado da Câmara Municipal de Vereadores de Canoas?

Mas não para por aí, há mais. O suplente do Vereador Paulinho de Odé, na Câmara Municipal de Canoas, é o Vereador DJ Cabeção, que era do PT — também saiu do PT por causa de tudo isso que está havendo, e sendo ouvido, e visto, de denúncias, denúncias e mais denúncias —, veio para o PDT, ou seja, para um partido do mesmo campo. Pois o que fez o PT? Também entrou na Justiça contra o Vereador DJ Cabeção, exatamente para tirar-lhe o mandato. Vejam: o PDT é do mesmo campo do PT.

E, o que é pior, o PDT pagou caro: chegou a expulsar Deputados por não estarem alinhados com a posição do PDT em favor do PT, inclusive aqui nesta Casa, inclusive no *impeachment*. Então, é *muy* amigo, mas *muy* amigo mesmo! No PT, primeiro são eles, depois os deles, enfim, só para eles.

Então, eu tinha que vir a esta tribuna dizer isso. Talvez eu alerte a consciência de Líderes importantes que o PT tem, Rio Grande afora, Brasil adentro, para que acendam uma luzinha na sua estrela, clareiem a sua mente e parem de fazer isso, de atirar nos próprios parceiros, nos próprios aliados. Como é que eu vou andar ao seu lado, se daqui a pouco eu vou ser apunhalado? Como é que vamos andar juntos, se daqui a pouco eu vou ser atraído?

É preciso deixar isto bem claro, Sr. Presidente: o PDT tem lado, o PDT tem postura. Não vamos mudar de lado, não vamos mudar de campo. Vamos manter a nossa linha, vamos manter a nossa coerência, mas vamos também escolher melhor os nossos parceiros. Que sejam parceiros leais, que sejam parceiros verdadeiros, que sejam parceiros que saibam compreender os dois lados.

Nós queremos caminhar junto com o PSB, com o PPS, com a REDE, com partidos de centro-esquerda, que têm uma visão de Brasil, de brasilidade, e que se respeitam mutuamente, não praticam atos como os que o PT praticou.

É lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Schuch. PSB - RS) - Muito obrigado, Deputado Pompeo de Martos.

Dando sequência aos trabalhos da sessão desta tarde, passo a palavra agora à Deputada Erika Kokay, para sua manifestação nos próximos 5 minutos.

Tenha a bondade, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu lembro que hoje, 6 de dezembro, é um dia importante dentro da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, para o enfrentamento da violência que atinge as mulheres. Aqui no Brasil essa campanha dura um pouco mais, porque não começa no dia 25, no Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, mas no dia 20 de novembro. Lembro que a consciência negra faz com que nós tenhamos a clareza de que os pedaços da escravidão estão na nossa contemporaneidade e que mulheres negras são ainda mais discriminadas e sofrem de feminicídio de forma muito mais intensa do que mulheres brancas.

O dia 25, que também passa pelo dia 1º de dezembro, o Dia Mundial de Luta Contra a AIDS, em que se tenta dar visibilidade à feminização da AIDS, é incorporado ao dia 6 de dezembro. Nesse dia, há algum tempo, em uma universidade do Canadá, adentrou no curso de Engenharia um rapaz que começou a assassinar as mulheres e a dizer: *"Eu só quero as mulheres, eu só quero as mulheres, porque as mulheres não têm que estar no curso de Engenharia"*.

O dia 6 de dezembro é conhecido como o Dia do Laço Branco. É o dia em que os homens se comprometem em participar de todas as lutas, na perspectiva de que não haja a desumanização simbólica das mulheres, de que não nos seja negada a condição de sermos sujeitas do nosso próprio corpo, da nossa fala. O nosso "não" não é compreendido enquanto "não", ele tem que passar pelo crivo do homem. Estima-se que 500 mil mulheres são estupradas todos os anos no Brasil. Neste dia lembramos que é preciso que haja o envolvimento do conjunto da sociedade para ser enfrentada a violência que atinge as mulheres, esse feminicídio simbólico que nos nega a liberdade, a condição de sujeito, a condição de sermos donas do nosso próprio corpo, que vai criando e arando terreno para o Brasil ser o quinto país do mundo em número de feminicídios — o quinto país do mundo em número de feminicídios. Enquanto estamos aqui, mulheres são vítimas de violência. Há mulheres que são vítimas de violência doméstica, o que faz com que milhões de mulheres não tenham vontade de voltar para casa. Em casa somos nós mesmas, na rua somos anônimas. É em casa que somos nós mesmas. Mas que crueldade haver milhões de mulheres que têm medo de voltar para casa porque em casa serão arrancadas delas mesmas, arrancadas aos pedaços. De repente, olham para dentro de si e percebem que já não restou nada, que foram retiradas de si mesmas. É por isso que há que se ter o compromisso de enfrentamento à violência que atinge as mulheres.

O Brasil, no próximo ano, terá um Presidente que disse que há mulheres que merecem ser estupradas se forem belas e que disse que deu uma escorregada na vida e teve uma filha, uma mulher. Ele nega toda a luta cotidiana das mulheres, para dizer: *"Ora, os homens, quando nascem, nascem pertencentes aos seus próprios corpos, nascem donos dos seus corpos"*. Nós mulheres todos os dias lutamos para sermos donas do nosso próprio corpo.

Este Parlamento aprovou uma série de projetos. Fundamentalmente, esses projetos que aprovamos têm substância, dizem respeito aos direitos das mulheres, mas não são considerados enquanto um sinal desta Casa de compromisso com o enfrentamento da violência que atinge as mulheres. Existe a possibilidade de termos como Ministra dos Direitos Humanos uma mulher que diz que a convicção da mulher é a de ser mãe. *"Ah! a convicção da mulher é a de ser mãe"*. E a convicção dos homens não é a de serem pais? Ou seja, as mulheres têm que estar em um universo doméstico, enquanto os espaços públicos, onde se incluem os espaços de poder, esses têm que ser ocupados por homens? Que lógica é essa que quer o poder compartilhado entre as casacas, as bengalas e as cartolas e aqueles que cheiram a recursos e a poder econômico, que conduzem e que têm uma masculinidade tóxica? É preciso enfrentar toda a masculinidade tóxica.

Neste dia 6 de dezembro, lembremo-nos de que o laço branco só fará parte permanente da nossa sociedade quando nós mulheres nos colocarmos em movimento e dissermos a esse que vai assumir a Presidência da República no próximo ano e a todos os que nos querem agarradas aos fogões e aos tanques: *"Ah! para o tanque e para o fogão nós não vamos voltar, assim como os negros não vão voltar para as senzalas, assim como os trabalhadores não vão voltar para a senzala, assim como a população LGBTI não vai voltar para os armários, nem quem tem transtorno vai voltar para os manicômios"*.

A liberdade que conquistamos ainda é parca, ainda é de baixa intensidade, mas dessa liberdade nós não vamos abrir mão, até porque somos mulheres e carregamos um pacto com a coragem, com a verdade e com a liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Schuch. PSB - RS) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Janete Capiberibe, para uma Comunicação de Liderança, pelo Partido Socialista Brasileiro, por 6 minutos.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB - AP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, registro neste momento três temas atuais e muito importantes.

O Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, da Escola sem Partido, fere a liberdade de ensinar e de aprender. Os que acusam a educação de doutrinadora política e ideológica pretendem, eles mesmos, fazê-la assim.

Por isso, o movimento Escola com Diversidade e Liberdade contesta o projeto da Escola "com" Partido, alerta e mobiliza a sociedade. Com base na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, defende:

1. a liberdade de expressão nas salas de aula, para o direito de aprender dos alunos;
2. a promoção da diversidade de opiniões e do debate, em contraposição a visões unipartidárias e unilaterais;
3. a educação laica, inclusiva, plural, que permita aos estudantes a formação do pensamento crítico;
4. a sala de aula como um espaço fundamental para a formação da cidadania, a promoção dos valores plurais e o combate a todas as formas de discriminação e preconceito, para o combate às práticas racistas, sexistas, homofóbicas e discriminatórias;
5. a importância do ambiente escolar para a promoção do respeito mútuo entre os sexos — o Brasil é um país que precisa avançar muito na defesa da vida das mulheres, na igualdade de oportunidades e na contestação de atitudes violentas;
6. o uso de diferentes mídias e fontes jornalísticas para pesquisas escolares e a participação de convidados e especialistas com múltiplas visões para os objetivos de aprendizagem;
7. a abordagem, nas aulas, de fatos científicos e históricos de acordo com a apuração e as evidências já sistematizadas e documentadas em estudos, pesquisas e livros didáticos;
8. e, por fim, o movimento Escola com Diversidade e Liberdade afirma a autonomia das escolas e seus colegiados para coibir práticas que eventualmente descumpram os projetos pedagógicos, dentro do princípio constitucional da gestão democrática.

Faço outro registro, sobre um tema atual, e parabeno a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, a Rede Fulanas e o Instituto de Mulheres Negras do Amapá pela promoção do II Encontro Estadual de Mulheres Negras, ocorrido no Dia da Consciência Negra, Deputada Erika Kokay, nestes dias, na cidade de Goiânia, ao ensejo do transcurso dos 30 anos da organização das mulheres negras no Brasil. Lá está a negritude do Brasil inteiro, as mulheres, fazendo o debate da necessidade de eliminação do racismo, da discriminação sexista.

O momento é decisivo para consolidar os direitos do povo negro e promover a igualdade e a justiça. Não aceitamos retrocesso. É urgente ampliarmos as políticas de reparação nas áreas de educação, saúde, renda, a superação da violência e a inserção de mulheres e homens negros nos espaços de decisão.

O povo negro é quase 80% da população do Amapá. Consciente da sua cidadania e negritude, reelegeu para a Assembleia Legislativa a Deputada negra Cristina Almeida, do PSB, que parabeno.

O terceiro tema que abordo é o da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, uma mobilização mundial, de atores da sociedade civil e do poder público, que acontece desde 1991.

No Brasil, em 10 anos, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, enquanto houve redução em 10% no número de assassinatos de mulheres brancas. Elas têm menor renda. É uma violência não aleatória. Por isso, no Brasil, a campanha começa no Dia da Consciência Negra.

Vamos fortalecer a Lei Maria da Penha e a rede de proteção, as políticas públicas e a conscientização sobre o respeito e a igualdade de gêneros e combater todos os tipos de violência contra as mulheres.

Esses assuntos, essas pautas, Deputada Erika Kokay, cabem no debate da escola, da escola com partido, vamos dizer assim, da escola que educa para a consciência cidadã das crianças, no nosso País.

Peço a divulgação desta minha fala nos órgãos de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE.

(Durante o discurso da Sra. Janete Capiberibe, o Sr. Heitor Schuch, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Erika Kokay, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Esta Presidência defere a solicitação da Deputada Janete Capiberibe, até porque esta sua fala merece ser escutada e vista pelo maior número possível de pessoas, pela lucidez que carrega.

Parabéns, Deputada Janete Capiberibe!

Tem a palavra o Deputado Heitor Schuch.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sra. Presidente. Saúdo V.Exa.

Estimados colegas, estimado povo brasileiro, na sessão de ontem eu já havia feito uma manifestação muito curta sobre a grave crise que assola o setor de lácteos no Brasil, em especial no Sul do País. Eu quero voltar a esse tema, até porque hoje tenho em mão documento assinado por Carlos Joel da Silva, o Presidente da FETAG — Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, e por Pedrinho Signori, o Secretário-Geral dessa entidade que defende os produtores de leite do Estado.

Sessenta e cinco mil produtores fizeram investimentos em infraestrutura, genética, manejo e produzem 4,5 milhões de litros de leite a cada mês.

Da sua importância econômica todos nós já sabemos. Mas mais importante do que a parte econômica é a parte social. A produção de leite é que garante recursos mensais para a manutenção da família da pequena propriedade, para pagar a fatura da energia elétrica, fazer o rancho, pagar a mensalidade do colégio e a conta do telefone. Muitas e muitas famílias dos cerca de 65 mil produtores de leite se profissionalizaram, fizeram cursos e investiram nesse setor.

Agora pasmem, Excelências: aqui, junto com essa manifestação da FETAG, há também uma reportagem de jornal em que se lê a palavra "hiperoferta". Trata-se da venda de 1 litro de Leite Longa Vida por 99 centavos, em redes de supermercados do Rio Grande do Sul. Ora, Excelências, é mais barato do que o preço que as empresas e as cooperativas pagam aos produtores. Isso é *dumping* para cima de nós mesmos. Será que é leite que há nessas caixinhas? Se é que dá para chamar isso de leite. Preços como R\$1,87, R\$1,89, R\$1,99, R\$2,08 estão muito abaixo daquilo que estava sendo praticada até pouco tempo atrás.

Segundo levantou o CONSELEITE — Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite no último mês de julho, o produtor recebia em média R\$1,29 pelo litro do leite, mas houve redução para R\$1,09, 4 meses depois, ou seja, no mês passado. Enquanto os custos sobem, os preços recuam.

Afinal, o que fazer? Eis a questão. A FETAG pede, clama para que se tomem providências, para que o Governo seja ágil, seja rápido no que diz respeito à redução desordenada do preço pago ao produtor.

A segunda questão que vou abordar é a da importação de produtos lácteos, que no mês de outubro bateu recorde: foi 104% maior este ano do que a de outubro do ano anterior. Assim não há condição. Está faltando leite no Brasil? Não. Não há produtor? Há. Não há produção? Há. Tem chovido? Sim. Há pastagem? Sim. Então, para que importar algo que nós temos em abundância? Essa é a questão.

E, é claro, abordo o tema dos estoques elevados de leite em pó nas indústrias. É urgente que, agora, no período de safra, de verão, quando a produção aumenta e o consumo normalmente se retrai porque terminam as aulas, as pessoas viajam, vão para praia, vão passear, o que é justo e digno — o consumo do leite também recua —, comprem-se pelo menos 30

mil toneladas de leite em pó das cooperativas de laticínios gaúchos, para desafogar esses estoques, para fazer com que haja equilíbrio entre a produção, o consumo e o estoque e, a partir daí, possa haver de novo condições de produção dentro dos padrões razoáveis, sem prejuízo, para que não vejamos ainda mais agricultores abandonarem a atividade, coisa que já aconteceu. Esse colapso não pode ser sacramentado.

Vou concluir, Sra. Presidente, com uma frase que está nesse texto feito pela nossa Federação dos Trabalhadores na Agricultura, que luta incessantemente para que a situação dos produtores de leite não fique pior do que já está: mesmo com perda de 20% da renda, os produtores precisam honrar seus compromissos com os financiamentos do crédito rural, com os agentes financeiros, com as agropecuárias das quais compram os insumos para a safra, até porque os animais também precisam de trato, de medicamentos e de bem-estar.

Logicamente, esta é uma temática importante, urgente, emergente. Não podemos esperar o novo Governo. Este assunto precisa ser resolvido ainda no ano velho, antes do Natal. Os produtores de leite também são cidadãos deste País. Eles produzem, geram emprego, renda e tributos para os cofres públicos.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Eu convido o Deputado Heitor Schuch a assumir a Presidência dos trabalhos, para que eu também possa fazer uso da palavra.

(A Sra. Erika Kokay, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Heitor Schuch, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Heitor Schuch. PSB - RS) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Erika Kokay, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

V.Exa. dispõe do tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós vimos na sessão de ontem o filho do Presidente da República eleito dizer, de dedo em riste, que vai fazer uma apuração, que vai abrir a caixa-preta do BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Foi uma fala pontuada e construída a partir de bravatas, de quem passeou, com um boné em que se lia o nome de Donald Trump, pelos espaços daquele país, dos Estados Unidos, e que tem como lógica aplaudir aqueles que batem continência para assessores subalternos de Trump.

Portanto, essa é uma bravata sem tamanho de um governo que disse várias vezes que ia apurar e combater toda sorte de corrupção, que disse que, se as investigações do Ministério Público e do Poder Judiciário sobre um dos seus principais articuladores, aquele que será um dos seus principais Ministros, revelarem que são verdadeiras as denúncias, ele mesmo sacará de sua caneta e o exonerará. Bom, isso está sem conexão entre tempo e espaço, porque o Sr. Onyx Lorenzoni já disse que cometeu, sim, caixa dois. Já disse de forma clara. Não tem que se comprovar coisa alguma, porque ele é um réu confesso, digamos assim. Ele disse e pediu desculpas à Nação, inclusive, desculpas que foram suficientes para que recebesse os aplausos do Sr. Sérgio Moro. Sérgio Moro disse que era inadmissível o caixa dois, que o caixa dois tem equivalência a crimes muito profundos, mas disse que o Sr. Lorenzoni pediu desculpas, que, portanto, não há nenhum problema em compartilhar um governo com ele.

Mas veja: houve essa fala. Acho que, antes de ficarem com o dedo em riste cobrando, aqueles que são absolutamente sabujos e subalternos da lógica estadunidense, que acham que podem enfrentar a democracia, que dizem que podem fechar com muita facilidade o Supremo Tribunal Federal, que dizem que podem exterminar ou prender 100 mil pessoas e criminalizar os movimentos sociais têm que explicar algumas coisas. É preciso abrir determinadas caixas-pretas.

Segundo o jornal *O Estado de S.Paulo*, o relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras — COAF apontou movimentação atípica de 1,2 milhão de reais em uma conta no nome de um ex-assessor do Deputado Estadual e Senador eleito Flávio Bolsonaro, filho mais velho do Presidente eleito Jair Bolsonaro. Sobre esse assessor, o Fabrício José Carlos de Queiroz, a lupa do COAF constatou que a movimentação da sua conta não era compatível com o seu patrimônio e com os seus rendimentos.

Vejam: uma das transações na conta de Queiroz que foram citadas no relatório do COAF é relativa a um cheque no valor de 24 mil reais destinado à futura Primeira-Dama, Michelle Bolsonaro. A compensação do cheque em favor da mulher do Presidente eleito Jair Bolsonaro aparece na lista de valores pagos pelo policial militar.

Em verdade, essa investigação, esse mapeamento do COAF foi feito a pedido de Procuradores da República e dizia respeito a ex-funcionários da ALERJ — Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Foi investigada uma série de

denúncias de que havia relações ilícitas e pagamento de propina a Parlamentares daquela instituição. O assessor Fabrício José Carlos de Queiroz diz que não sabe de nada disso, que não sabe de nada disso. Ao ser questionado sobre como a sua conta abrigava o valor de mais de 1 milhão de reais e que inclusive da sua conta saíram 24 mil reais para a esposa do Presidente eleito, ele diz que não sabe de nada.

Bom, eu fico pensando no dedo em riste, no boné com o nome de Trump. É essa lógica de se rastejar diante da política estadunidense de relações internacionais que fez o Brasil, em apenas 1 semana, depois da eleição deste Presidente, entrar em choque com países que representam mais de 50% do seu superávit comercial. Ao mesmo tempo, ideologiza a política externa, em detrimento dos interesses deste País, em detrimento dos produtores deste País. É um governo que numa hora diz uma coisa, depois diz que não é bem isso e que quer colocar no Ministério dos Direitos Humanos uma mulher que diz que a vocação das mulheres é a de serem mães. É o mesmo que dizer que a vocação das mulheres não a de é viver a humanidade, não é a de estar em todos os lugares que esta nossa humanidade permite, não é a de assumirmos os microfones, as canetas e todos os espaços que alguns consideravam que deviam ser ocupados unicamente por homens. Desenvolveu-se neste País uma masculinidade tóxica que precisa ser enfrentada, para que vivamos numa sociedade em que não haja dor em ser mulher.

A luta em defesa dos direitos das mulheres não é a cereja de bolo, não é o *chantilly* do café, não é uma luta menor. Ela é estruturante, porque significa romper com a desumanização simbólica de mais da metade da população brasileira. Essa desumanização simbólica, que também vitimou judeus, homossexuais, comunistas, ciganos, testemunhas de Jeová, nos campos de concentração, faz com que, no Brasil, sejam assassinadas mais de 63 mil pessoas todos os anos. Os jovens negros e pobres são a maioria dessas vítimas.

As armas que eles querem colocar no cós de cada brasileira e brasileiro têm um alvo: a cabeça do povo pobre deste Brasil. A pobreza aumentou. Segundo as últimas pesquisas, houve aumento de aproximadamente 2 milhões de brasileiras e brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza. Houve aumento substancial do trabalho informal, que tem uma renda 76% inferior à renda de quem está formalizado, no mercado de trabalho. É como se houvesse uma tentativa de impor a naturalização da fome, essa fome que foi enfrentada por Luiz Inácio Lula da Silva. O Brasil se libertou dela com o primeiro passo: desnaturalizou-a. Quando Lula assumiu a Presidência da República e disse que uma das suas prioridades era a de acabar com a fome, que o seu sonho era o de que todas as brasileiras e todos os brasileiros se alimentassem pelo menos 3 vezes por dia, ele disse que não era natural a fome.

Também não é natural a subalternização das mulheres, essa subalternização que eles querem impor.

E querem calar as escolas no papel potencial que desenvolvem de fazer o processo de educação para a equidade de gênero, o processo de educação para que todo ser humano seja visto como ser humano. Nós estamos a poucos dias da comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O que ela diz? Que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidades e direitos. Agora querem que a dignidade seja rompida e que esse rompimento seja naturalizado. Há dignidade humana para as mulheres, há dignidade humana para as crianças! Aí teremos eles avançando no seu obscurantismo, na sua sanha de efetivar as fogueiras que queimaram corpos de mulheres. Eles querem acender as fogueiras da Inquisição de novo e nos levar a uma lógica medieval e obscurantista.

Eu pergunto: o que pensam eles ao se aferrarem a essa concepção? Essa concepção não é contra a doutrinação partidária, porque não há divergência sobre o fato de a escola não poder ser espaço de doutrinação partidária. A divergência é com a escola que nós queremos, a escola para todas e todos, a escola em que todos possam desenvolver a humanidade, que é cindida e ferida.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Schuch. PSB - RS) - Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

Não há oradores.

Passa-se às

COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Deputada Erika Kokay, V.Exa. está inscrita para falar no período das Comunicações Parlamentares, pelo PT. Portanto, V.Exa. conta com mais 10 minutos na tribuna.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu estou aqui com o substitutivo que está sendo discutido na Comissão Especial do "Escola Amordaçada". O seu art. 2º diz: "*O Poder Público não se imiscuirá*

no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero".

O que isso significa? O que é dogmatismo e proselitismo? O poder público não vai interferir no sentido de que asseguremos os direitos das pessoas? A escola é uma das maiores protagonistas da rede de proteção aos direitos de crianças e adolescentes. Na escola, a capacitação de educadoras e educadores possibilita a prevenção e a identificação de violências que vitimam as crianças, violências que muitas vezes se dão dentro de casa. É na família que muitas vezes acontece a violência sexual que atinge crianças e adolescentes, é na família que mais existem expressões de violência que atingem as mulheres. E aqui se diz que não é permitido ao Estado ter responsabilidade por isso.

Aqui se diz também que o professor é proibido de se aproveitar da audiência cativa dos alunos, como se alunas e alunos fossem uma audiência cativa, e não pessoas, pessoas que têm que aprender a aprender, pessoas que têm que aprender a questionar, pessoas que têm que se construir como seres humanos, o que pressupõe a capacidade de ter consciência da vida, de pegar a vida pelas mãos e de transformá-la. Só os seres humanos podem fazer isso! Isso é precípuo, é natural, é inerente à nossa humanidade, a capacidade de criticar. Mas querem transformar alunos em audiência cativa calada, em audiência calada, apenas para que o conteúdo seja emitido, seja imposto, sem estranhamento, sem dúvida, sem argumentação, apenas engolido, como se não houvesse saberes — todos os seres humanos têm um saber —, como se não houvesse várias inteligências. Anísio Teixeira disse que nós temos uma inteligência emocional, uma inteligência cognitiva e uma inteligência corpórea. São muitas as inteligências que nós carregamos.

Eles dizem que não vão criminalizar, que o projeto não propõe a criminalização dos professores, mas no próprio substitutivo, na sua justificativa ou na sua argumentação, é dito: *"Nós não estamos impondo nenhuma pena, mas estamos obrigando as escolas a afixarem cartazes para estimular a denúncia de professores pelos alunos"*. Isso era feito pelos agentes do Estado, na época da ditadura, que eram pagos para ficar dentro das salas de aulas e vigiar os professores. Os professores que ousavam falar dos fenômenos humanos, os professores que ousavam falar da realidade social eram punidos durante a ditadura, porque eram identificados pelos agentes do Estado. Agora querem que essa função de fiscalizar, de perseguir seja assumida pelo próprio aluno, destruindo-se todos os vínculos!

O que diz o Relator no seu substitutivo? Que não vai estabelecer o não cumprimento dos deveres, e são vários os deveres, o dever de não citar a palavra "gênero", de não falar em orientação sexual, de não falar em um conceito que eles mesmos inventaram para esconder a sua discriminação "LGBTfóbica" ou a sua discriminação misógina, o conceito de ideologia de gênero, que não existe, como também não existe ideologia climática. O que ele diz aqui? *"Não, não precisa colocar improbidade administrativa. Todo educador é um agente público. Ao ser um agente público, ele tem que cumprir os seus deveres. Se não cumprir os seus deveres, será investigado"* — muitas vezes denunciado pelos próprios alunos, digo eu — *"para lhe ser imposta uma pena"*.

Diz que não se está criminalizando? Diz que não pode colocar no genérico a improbidade administrativa ou a criminalização, tem que ser no concreto, a partir de cada ato, porque diz que todo agente público tem que cumprir a lei, e a lei proíbe que ele diga a palavra "gênero", a lei diz que não pode haver doutrinação, que não se sabe ao certo o que é.

Falar de equidade de gênero dentro de escola, como prevê e propõe a Lei Maria da Penha, é doutrinação? Falar a palavra "gênero" está proibido. Essa fobia morfológica, essa generofobia, que acomete os fundamentalistas obscurantistas, vai levar o professor a responder. Inclusive, há a possibilidade de ele ser criminalizado.

Esse que assume o Ministério da Educação não diz como vamos cumprir as metas do Plano Nacional de Educação, não diz como vamos dar às crianças acesso à creche ou à educação infantil. Não diz nada disso. Só diz que é preciso impor o "Escola Amordaçada". Que medo eles têm da escola! Ele está propondo conselhos éticos que possam julgar os professores. Isso carrega alguma semelhança com as fogueiras da Inquisição. Comitês de inquisição vão poder punir professores e professoras que ousarem falar a palavra "gênero" ou emitir a sua opinião! Aqui está dito que o professor não pode emitir a sua opinião. Não pode emitir a sua opinião!

Também está dito que, em relação aos fenômenos históricos, vão ter que ser apresentadas as duas visões mais importantes que se contrapõem. Ora, ao discutirmos os campos de concentração, vamos ter que apresentar a visão de quem fez o campo de concentração e a de quem sofreu nos campos de concentração como se fossem visões equânimes? A humanidade constrói consensos numa tentativa de fazer, por exemplo, o luto da Segunda Guerra, dos fornos crematórios e das câmaras de gás. Eu me refiro, nesse caso, exatamente à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Agora, o professor que ousar emitir sua opinião, mesmo que instado pelos alunos, pode sofrer um processo num conselho de ética e pode sofrer uma sanção. Já existe até um modelo para perseguir professores, para denunciar professores nas delegacias. Professores estão sendo chamados à delegacia! Aqui em Brasília um professor foi chamado à delegacia para explicar por que ele discutiu transsexualidade na escola. Outro foi chamado à delegacia para dizer por que ele falou de

orixás na escola, embora haja obrigatoriedade do estudo da África, o qual pressupõe a mitologia de matriz africana, que não pode ser negada e que resiste a toda sorte de intolerância, com os seus tambores, com as suas saias rodadas, com as suas crenças, como resiste o povo brasileiro a todo esse processo de linchamento da própria democracia.

Então, não me venham dizer que o projeto não criminaliza algo. Criminaliza sim! Não me venham dizer que aqui não se está impedindo a escola de interferir na defesa dos direitos dos adolescentes ou das crianças que são vítimas de violência sexual. Não! A escola vai ser calada na sua função de devolver a infância para meninos e meninas que têm essa infância roubada pela violência sexual ou pela violência física. Não me venham dizer que essa escola calada não passa a ser cúmplice de uma "LGBTfobia", que não pode ser falada.

Por fim, quero dizer que, onde se implementaram projetos como esse, houve uma avaliação extremamente negativa. Se o educador tem que ser calado, amordaçado — as pessoas, os alunos e alunas carregam as suas convicções construídas na vida —, se o professor não pode mediar os conflitos, se o professor tem que ser punido com o silêncio, se tem que ser silenciado a ferro e fogo e tem que abrir mão da sua condição de educador para se transformar apenas num transmissor de conteúdos, o *bullying* vai aumentar. As divergências, o sexismo, o racismo, o machismo, expressões de um Brasil que não fez o luto dos seus períodos traumáticos como a escravidão e a ditadura se manifestarão em sala de aula.

Termino fazendo somente um apelo para que esse fundamentalismo obscurantista, pouco reflexivo, ditatorial, cerceador, possa ser mergulhado num mínimo de lucidez e humanismo, em defesa de um iluminismo que querem eliminar.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Schuch. PSB - RS) - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

Vamos agora ouvir o Deputado Geraldo Resende, por 3 minutos.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de me reportar a dois momentos grandiosos que tivemos nas últimas semanas em Mato Grosso do Sul. O primeiro deles é a nossa visita à cidade de Costa Rica, na região norte do Estado, onde entregamos à comunidade, junto com o Prefeito Waldeli dos Santos Rosa, com toda a sua equipe, com os Vereadores, principalmente com a Secretária de Saúde daquele Município, Adriana Tobal, um moderno mamógrafo digital de campo total, para realização de exames de rotina e diagnóstico e suporte a procedimentos intervencionistas na área de mastologia.

Esse mamógrafo, que foi adquirido com recursos encaminhados através de emenda parlamentar de minha autoria, vai possibilitar a Costa Rica ser uma referência em tratamentos, procedimentos e diagnósticos na área de mastologia e evitar uma das piores doenças que acometem um conjunto expressivo de mulheres: o câncer de mama.

Eu fico muito feliz ao fazer referência à Fundação Hospitalar de Costa Rica. Esse hospital, que foi construído por meio de nossa intervenção como Secretário de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, hoje é um moderno hospital. Ele já foi ampliado, foi totalmente equipado ao longo da nossa atuação como agente político preocupado com a área de saúde e também dessa parceria com o Prefeito Waldeli e outros gestores do Município, que fez com que hoje Costa Rica pudesse ser reconhecida, e é reconhecida, como referência no Estado de Mato Grosso Sul no tocante à área de saúde.

O Prefeito fez o lançamento de um pacote de obras, o que mostra que é um Prefeito arrojado. Isso o credencia a ser um dos melhores gestores públicos de Mato Grosso do Sul. Eu faço o reconhecimento de parcerias que têm como único objetivo criar condições melhores para a nossa gente.

Sr. Presidente, eu estive também em Miranda, Município da região sudoeste de Mato Grosso do Sul. Lá, junto com a Prefeita Marlene Bossay, Vereadores, lideranças principalmente da área de saúde e o Vice-Prefeito, entregamos um moderno micro-ônibus totalmente equipado, que possibilita o encaminhamento de pacientes que precisam de atendimento especializado na área de saúde, seja em Aquidauana, seja em Campo Grande, principalmente os pacientes que fazem terapia renal substitutiva, popularmente conhecida como hemodiálise, pacientes que sofrem doenças renais crônicas e precisam ir ora a Aquidauana, ora a Campo Grande. Além desse micro-ônibus, entregamos outro veículo para a área de saúde. Nós já assumimos também outros compromissos com o Município de Miranda.

Eu quero dizer que fico muito feliz por fazer essas parcerias. Estou cumprindo nada mais, nada menos do que o compromisso que assumi com essas pequenas localidades de Mato Grosso do Sul, Municípios que muitas vezes precisam da parceria com a bancada federal, precisam dos recursos que encaminhamos através das nossas emendas, para que viabilizem o atendimento a demandas da população. Pelos orçamentos altamente compromissados com as folhas de pagamento, com o custeio da máquina e de outras instituições municipais, muitas vezes lhes faltam recursos suficientes para fazer o encaminhamento dessas demandas.

Fiquei muito feliz tanto em Costa Rica como em Miranda.

Sr. Presidente, quero agradecer a sua generosidade ao me conceder o tempo necessário para que eu pudesse fazer esses dois registros. Agradeço essa deferência especial de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Schuch. PSB - RS) - Não precisa agradecer, Deputado Geraldo Resende.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Schuch. PSB - RS) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, para uma Comunicação de Liderança, pela Oposição e pela Minoria. S.Exa. disporá do tempo total de 19 minutos.

O SR. ZÉ GERALDO (PT - PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos aqueles que me ouvem neste momento, gostaria de aproveitar este tempo, que chega a 19 minutos. Talvez só tenha oportunidade de me pronunciar aqui nesta semana e na próxima, até porque estamos encerrando esta legislatura e eu estou encerrando uma grande jornada na Câmara dos Deputados, depois de 16 anos de intensa vida parlamentar em prol do Brasil, em prol do meu Estado do Pará.

Cheguei aqui no mesmo ano em que chegou o Presidente Lula, muito empolgado com as demandas do Estado do Pará que trouxe para cá. Parecia que era impossível resolver algumas, como, por exemplo, o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém e da Transamazônica. Antes de falar em asfaltar duas grandes rodovias abandonadas pelo Governo Federal havia 20 anos, o Presidente Lula tomou a decisão de promover a restauração e a conserva das rodovias brasileiras, porque não eram só aquelas duas rodovias que estavam intrafegáveis. A Belém-Brasília, de Belém a Brasília, era uma burocracia só. Fui eleito e, em janeiro, vim para Brasília tomar posse. Eu mesmo vim dirigindo um carro Gol e não consegui ultrapassar a média de 40 quilômetros por hora.

Eu descobri que o abandono não era só das obras federais no Estado do Pará, o abandono era do Brasil. O abandono era nacional. Começamos então a legislar, começamos a governar o Brasil. Durante 16 anos, eu fui um Deputado governista em Brasília. Eu dividia o meu tempo entre o plenário da Câmara e as Comissões, a Casa Civil, o Ministério da Reforma Agrária (incluído aí o INCRA), o Ministério dos Transportes (incluído aí o DNIT), o Ministério do Meio Ambiente (incluído aí a FUNAI). Nós trabalhávamos licenciamentos, contratos, licenças para colocar em prática grandes obras.

Participei da elaboração do Programa Luz para Todos com a Presidenta Dilma, quando ainda era Ministra de Minas e Energia. Eu sabia que aquele programa seria uma revolução para o Estado do Pará, como foi. Mais de 500 mil famílias, aproximadamente 2 milhões de pessoas no Estado do Pará, receberam nesse tempo, gratuitamente, energia de qualidade. Não tiveram que se endividar em bancos, não tiveram que pagar nada.

Os programas foram acontecendo. Eu me refiro a reforma agrária, investimentos nos assentamentos, programas criados dentro do MDA, compra de alimentos para merenda escolar, compra e distribuição de alimentos para as entidades carentes. Outros programas foram fazendo também com que a economia do nosso Estado pudesse se fortalecer.

Surgiu então grande desafio, uma das obras mais polêmicas e emblemáticas do planeta, Belo Monte. Outros Governos, desde os militares, realizaram estudos durante 30 anos. Foram investidos mais de 300 milhões em estudos, e parecia ser impossível a realização da obra. O Presidente Lula fez com que houvesse participação da sociedade, houvesse revisão no projeto, a respeito de usina a fio d'água, e nós conseguimos construir uma das três maiores hidrelétricas do mundo, no Estado do Pará, que já fornece energia para quase todo do Brasil. Dezesesseis Estados recebem energia de Belo Monte. Após essas iniciativas, esses investimentos, não houve o tal do apagão, que aconteceu em governos passados.

A trajetória, portanto, foi longa. Muitas leis foram aprovadas. Perdi muitas horas de sono em muitas noites. Além de ter estado presente em Brasília, realizei trabalho intenso no Estado do Pará. Estive presente nas bases, e meu Estado tem dimensões continentais. Para se ter ideia desse trabalho, ressalto que, na divisa com o Tocantins, seja de São Geraldo do Araguaia a Xambioá, seja de Araguatins a Palestina do Pará, até o Município de Jacareacanga, na divisa com o Amazonas, somente na BR-230, a Transamazônica, ajudei a alocar recursos para restaurar e conservar mais de 1.600 quilômetros da rodovia. Ajudei a colocá-la no PAC. Eu coordenei uma caravana de lideranças do movimento social. Fiz um filme de 27 minutos, mostrando esse abandono total, e convenci o Presidente Lula de que a Transamazônica deveria ser colocada no PAC, desde o Rio Araguaia, desde o Tocantins até Itaituba. Isso alcançou mais de 1.100 quilômetros da estrada.

No caso da Cuiabá-Santarém, da divisa de Mato Grosso a Santarém, obra de 1.100 quilômetros um grupo da iniciativa privada queria financiar. A obra custaria mais de 12 bilhões de reais. Nós não aguentaríamos pagar pedágio naquela região. Eu disse à então Coordenadora do PAC, Dilma, que não daria para se construir dessa forma. Precisávamos construir com recursos da União. Veio o PAC, e as obras se iniciaram. Hoje, desses 1.100 quilômetros, aproximadamente 200 precisam ainda ser asfaltados.

Se a Presidenta Dilma não tivesse sido retirada do cargo, a Cuiabá-Santarém estaria totalmente asfaltada, com todas as pontes de concreto, até porque só faltam quatro pontes de concreto na BR-163. E 50% da Transamazônica está asfaltada. Dos 1.000 quilômetros colocados no PAC, que alcançam Marabá, Altamira e Itaituba, 500 quilômetros estão prontos. É

preciso fazer ainda todas as pontes, em torno de 50 pontes, e mais uns 400, 500 quilômetros de rodovia, que devem custar hoje em torno de 1 bilhão e meio de reais.

Com essa lerdeza quanto ao orçamento, a partir da Lei do Teto de Gastos, que a maioria dos Senadores e Deputados Federais votou, inclusive do Estado do Pará, provavelmente nem em 15 ou 20 anos essas obras serão terminadas. Estão liberando, em média, 50 milhões por ano. Se fizermos uma conta, mesmo que sejam liberados 100 milhões por ano, perceberemos que seguramente vamos ficar por mais 1 ou 2 décadas sem ver a conclusão daquelas obras.

Diga-se que essas duas rodovias foram abertas há quase 50 anos. Foram abertas por quem? Exatamente pelo Governo militar, pelo então Presidente Emílio Garrastazu Médici. Houve todo o período da Nova República, o Governo Sarney, o Governo Itamar, o Governo Collor, o Governo Fernando Henrique por 8 anos, e vivemos o mais completo abandono.

Depois de toda essa trajetória, eu me coloquei como candidato a Senador pelo Estado do Pará, em um momento difícil, em um momento em que o nosso projeto estava sofrendo golpe. Primeiro tiraram Dilma, depois prenderam Lula. Mesmo assim, no Pará, eu fui um dos que dirigi e ajudei a dirigir o PT para fazer a disputa do nosso legado. Lá nós ganhamos de Bolsonaro nas eleições. Lá, Bolsonaro não teve vez no primeiro nem no segundo turno. Eu, praticamente só com o Partido dos Trabalhadores, junto com o PCdoB, ainda alcancei mais de 800 mil votos, enfrentando uma coligação poderosa composta pelo PMDB e mais 17 partidos, que devem ter usado milhões e milhões. Essa coligação teve a participação de cerca de metade dos Prefeitos. Foi ela que elegeu os dois Senadores, Jader Barbalho e Zequinha Marinho. Já era sabido que tinham grande possibilidade de se elegerem, devido a essa grande frente política.

Estou muito satisfeito e quero agradecer a todos os eleitores e eleitoras do Estado do Pará que me confiaram o seu voto para Senador. Não é brincadeira um cidadão disputar uma eleição contra duas grandes frentes, uma com 17 partidos, com toda a força da máquina e do dinheiro naquela região, e a outra com cinco partidos, com aliança entre o PSDB e o Democratas, havendo ainda mais alguns candidatos em potencial. Mesmo assim, eu garanti o quarto lugar, chegando a mais de 800 mil votos, ajudando Haddad a ser vitorioso no primeiro e no segundo turno, contribuindo para que a bancada paraense do PT nesta Casa continuasse com dois Deputados Federais. Houve a reeleição de Beto Faro e a eleição de Airton Faleiro, meu grande amigo, que foi Deputado Estadual por quatro mandatos consecutivos.

Algumas coisas me frustraram bastante. Eu fiz um levantamento sobre emendas já aprovadas, algumas há 10 anos, e não efetivadas. Cito o abastecimento d'água em comunidades, em vilas que, apesar de terem 20 ou 30 anos de existência, não dispõem ainda de poço artesiano e caixa d'água com água tratada.

Eu já disse isto, vou repetir, e alguns não vão acreditar: às vezes, é muito mais fácil construir uma grande hidrelétrica no Brasil, como Belo Monte, do que um poço artesiano que demande a participação de Prefeitura e da FUNASA no Estado do Pará. Posso provar isso. Mais de 12 milhões de reais já foram destinados para a construção de poços em comunidades, para abastecimento d'água, para a construção de banheiros. Existe poço artesiano que começou a ser construído há 10 anos e não fica pronto. Nós iniciamos a Belo Monte recentemente, no próximo ano estará pronta, e esse poço artesiano não ficará pronto no ano que vem, depois de 10 anos.

De que vale manter estruturas como essas, estruturas que travam as coisas? Para se construir um poço artesiano no Pará, o Parlamentar apresenta emenda orçamentária de 200 mil, de 300 mil, de 1 milhão. Eu faço questão de citar emenda de 1 milhão de reais para a Vila Caracol no Município do Trairão, na BR-163. Nunca um Governador, um Senador ou qualquer Deputado alocou 1 milhão para resolver a situação de abastecimento de água daquela comunidade. Quando eu chegava lá falando do asfalto da BR-163, eles diziam: "*Mas, Deputado, nós precisamos de água*".

Apresentei emendas no primeiro momento. As emendas não foram aproveitadas porque havia as tais inadimplências. A Prefeitura não pagava à Previdência, e ficava difícil liberarmos os recursos. Depois de 4 anos, voltei a apresentá-las. Eu disse: "*Agora vou resolver a situação*". Na verdade, ainda não seria possível. Um milhão de reais foram destinados a um projeto para abrir dois poços artesanais de 180 a 200 metros de profundidade, construir uma caixa e fazer 450 ligações. Vou sair daqui, a obra não está pronta, provavelmente não ficará pronta. O que se estabeleceu lá? Uma caixa e dois poços, sendo que um foi fechado, não presta mais. Trezentos e poucos mil estão para ser liberados ou já foram liberados para a Prefeitura. Houve adiantamento de dinheiro, e a obra não aconteceu, e o povo da Vila Caracol, no Município do Trairão, na BR-163, sustentável, continua sem abastecimento d'água.

Peço ao Prefeito de Trairão que vá lá, coloque em funcionamento pelo menos aquele poço que presta, para que jogue água naquela caixa. Peço que arrume recursos da Prefeitura, abra as valas, espalhe canos e coloque água para o povo, porque, do contrário, no próximo verão, que começará a partir de julho, o povo vai reclamar de falta d'água novamente.

Eu vou propor ao novo Governador do Pará que estruture um programa de abastecimento d'água. A COSANPA, no Pará, nunca funcionou, não funciona, não cumpriu esse papel. Eu não estou falando aqui do abastecimento nas grandes cidades, isso é papel da COSANPA, estou falando de levar água tratada a centenas e centenas de comunidades, vilas, assentamentos

de reforma agrária, que, às vezes, estão na beira dos Rios Tapajós, Amazonas, Araguaia, Tocantins, Guamá, Xingu, enfim, todos os rios do Estado do Pará.

Basta o Governador criar um programa com a sua Secretaria que, com certeza, fugimos dessa burocracia e poderemos fazer um poço artiano em 2, 3 meses e não mais em 10 anos. Basta vontade política, basta decisão de governo.

Sr. Presidente, eu sofri bastante nesta Casa, passei por momentos difíceis, enfrentei Eduardo Cunha, inclusive no Conselho de Ética. Foram 8 meses de batalha. Depois, naquela noite de domingo, vi aquela farra neste plenário, em que centenas de Deputados tiveram um orgasmo político com a cassação da Presidenta Dilma. Eu poderia pegar uma lista e ler o nome de centenas deles que agora estão decepcionados, porque não conseguiram a reeleição, Deputados considerados estruturados, Deputados do dinheiro, que gastaram milhões, e não conseguiram reeleger-se.

Muitos pagaram — muitos do Pará vieram aqui, alguns com a bandeira do Estado, e fizeram uma farra —, foram reprovados pelo povo porque, na verdade, o povo vai aos poucos descobrindo que tudo é uma grande farsa, que tudo é um golpe moderno, um golpe financiado pelo capital internacional, pelo capital nacional, com a grande participação do Judiciário, de parte poderosa do Poder Judiciário, saindo de Curitiba, passando por Porto Alegre e indo até o Supremo. Mas também houve apoio da grande mídia, que comprou a ideia, que cumprir o papel de desgastar um Governo que precisava governar por mais 4 anos.

A Presidenta Dilma foi eleita. Aécio Neves perdeu as eleições. Eu pergunto: o que sobrou para o PSDB? Onde estão as grandes lideranças do PSDB que apostaram no golpe, que fizeram tudo aquilo? Alguns dos partidos que mais perderam neste País foram exatamente o próprio PSDB e o PMDB, e falo apenas de dois grandes partidos. Nós estamos hoje aqui com a nossa bancada de volta, com 56 Deputados Federais, com quatro Governadores, com um candidato a Presidente que, mesmo sem ter antes disputado uma eleição presidencial, obteve 47 milhões de votos.

Se não fosse a campanha ilegal por meio do WhatsApp, com investimento de bilhões, Haddad seria o Presidente do Brasil. Se nova eleição fosse feita hoje, acho que Bolsonaro perderia, porque as interrogações são muito grandes e as insatisfações já começam a acontecer, inclusive no caso de muitas lideranças que apoiaram e votaram em Bolsonaro.

No Estado do Pará, eu vejo a maioria dos Deputados já muito inquieta e insatisfeita. Eles pensavam que haveria um Ministério para o Pará. Mato Grosso do Sul já tem dois Ministérios, inclusive poderosos, o da Agricultura e o da Saúde. No Pará, Estado que está entre as sete maiores economias do Brasil, que tem a maior população de toda a Amazônia, os políticos que apoiaram Bolsonaro receberão para administrar, no máximo, os órgãos sucateados que têm sede em Belém: FUNASA, INCRA, Pesca. Aqueles que não forem definitivamente fechados vão ser entregues como cabide de empregos para aqueles Parlamentares que achavam que Bolsonaro seria a solução.

Eu quero dizer a todos os que me ouvem agora que o nosso partido fez uma reunião do Diretório Nacional e que definimos duas linhas muito claras de atuação. Primeiro, vamos combater esse modelo econômico que será dirigido por Paulo Guedes, de venda do Brasil a preço de banana, a curto prazo, para fazer caixa. Em segundo lugar, vamos combater a ideologização contra o nosso projeto, contra as lideranças do PT, contra Lula, contra Dilma, contra Haddad, contra todos nós, ideologização que será liderada pela equipe de Bolsonaro e por ele mesmo, que foi o que ele soube fazer na sua campanha eleitoral.

Não teve coragem de ir ao debate para discutir os temas. Por que ele não foi? Porque lá ele não podia dizer ao povo que ia vender o Brasil a preço de banana, pois esse projeto já tinha sido derrotado na eleição anterior, disputada por Dilma e Aécio.

Vamos em frente. Vamos continuar mobilizados. Nosso partido será uma trincheira, será uma arma poderosa em defesa da classe trabalhadora e da maioria do povo brasileiro, que quer um Brasil desenvolvido.

Sr. Presidente, peço que a minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Schuch. PSB - RS) - Seu pedido será deferido, Deputado Zé Geraldo. Parabéns pela sua trajetória, pelo seu trabalho nesses 16 anos no Parlamento federal, representando o povo do Pará!

Concedo a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados telespectadores da *TV Câmara*, ao final desta legislatura, lamento que, apesar de um trabalho de 4 anos, nosso e de vários segmentos, tenhamos avançado muito pouco no campo da segurança pública, porque não conseguimos fazer avançar a PEC que objetiva dotar as polícias do Brasil da competência legal de investigar.

O Brasil é o único país da América Latina — aliás, divide apenas com Cabo Verde e Guiné-Bissau esse modelo de atuação das polícias — em que uma polícia não pode fazer investigação e a outra não pode fazer prevenção. Esse modelo é o grande responsável por termos, no Brasil, índice de elucidação de crimes abaixo de 10%, em relação aos homicídios, e de 3%, em relação aos demais crimes.

Quero dizer que nós continuaremos, na próxima legislatura, empenhados em aprovar o que tecnicamente se chama de polícia de ciclo completo.

Quero dizer também que não avançamos em praticamente nada no que diz respeito à legislação de execução penal. Ainda temos esperança de que, na semana que vem, o Presidente cumpra o compromisso e paute o PL 7.223/06, para que, após o grande entendimento que fizemos com várias lideranças e o trabalho na Comissão Especial, possamos alterar as regras de progressão de regime, efetivamente ter uma legislação que imponha o controle efetivo da comunicação no presídio e criar um regime disciplinar de segurança máxima, porque a população já não aguenta mais assistir a tanta ineficiência do sistema prisional, que é reconhecido apenas como escola do crime.

Eu quero dizer também da resistência que os policiais e bombeiros militares de Minas Gerais tiveram que fazer nos últimos 4 anos do Governo Pimentel. O Governo Pimentel, em Minas Gerais, manteve o salário atrasado e parcelado desde janeiro de 2016, não deu 1 centavo sequer de recomposição da inflação, não estabeleceu nenhuma medida de valorização. Nós só não perdemos mais porque houve resistência, uma resistência de 3 anos. Fizemos movimentos, assembleias, atos públicos e usamos de todos os instrumentos legais possíveis para que pudéssemos garantir que, pelo menos, não houvesse perda.

Nós fizemos resistência neste plenário quando o Governo Dilma e, posteriormente, o Governo Temer impuseram a esta Casa o projeto da recuperação fiscal aos Estados, o qual, inicialmente, impunha a interrupção de qualquer perspectiva de progressão na carreira, bem como o reajuste, o aumento da contribuição da Previdência. Nós resistimos aqui, mas estamos vendo que teremos que continuar essa resistência. Assim como resistimos na reforma da Previdência do Presidente Temer, iremos resistir em qualquer proposta de reforma da Previdência que venha retirar direito dos trabalhadores, sejam trabalhadores rurais, sejam servidores públicos, enfim, todos os trabalhadores. Iremos resistir especialmente para que os militares continuem com aquilo que conquistaram nos últimos anos, a saber: o direito ao regime próprio de Previdência.

É uma falácia dizer que os militares estão fora da Previdência e que estavam fora da proposta da reforma do Presidente Temer. Eles estavam incluídos. Nós conseguimos retirá-los, mas não da Previdência como um todo e, sim, do texto que impunha as regras do art. 40. Nós militares sempre estivemos na proposta da Previdência e sempre tivemos Previdência. Mas nós vamos resistir para que o que está na Constituição hoje como garantia de regime próprio e lei específica seja mantido.

Nessa mesma direção, vamos resistir, Minas Gerais! Nós temos hoje um Governo eleito que só sabe falar em reforma da Previdência e contenção de gastos. Ora, fazer economia, retirando direitos, todo mundo sabe fazer, é fácil, mas seria fácil, de fato, se não tivesse a perspectiva de encontrar a resistência que continuaremos fazendo, nós servidores, militares, categorias dos policiais e bombeiros militares em Minas Gerais para defender os nossos direitos, para defender as nossas conquistas que a nós custaram muito.

Mais uma vez, quero fazer uma homenagem ao Cabo Valério. Em 1997, por uma irresponsabilidade do então Governador Azeredo, que hoje cumpre pena de 20 anos, por ironia do destino, no quartel do Corpo de Bombeiros, o qual impôs condições aos policiais e bombeiros, que não tiveram outra alternativa a não ser ir para a rua, perdemos o Cabo Valério. O sangue do Cabo Valério, que foi assassinado, imolado em praça pública, para defender a nossa dignidade, não haverá de ser esquecido. A nossa classe continua unida, organizada, ciente e consciente dos nossos direitos e da nossa responsabilidade na sua manutenção.

Por isso, coloco aqui, mais uma vez, o nosso mandato para somar-me ao esforço de todos, entidades de classe e categoria, em defesa da nossa cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Heitor Schuch. PSB - RS) - Obrigado, Subtenente Gonzaga.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Heitor Schuch. PSB - RS) - Nada mais havendo a tratar, encerro a sessão, convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para sexta-feira, dia 7 de dezembro, às 9 horas.

(Encerra-se a sessão às 15 horas e 43 minutos.)

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA.